



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO



## DESPACHO

Encaminho ao Gabinete do(a) Senhor(a) Deputado(a) ALDAIR COSTA GUARATI  
o(a) PH / 343 / 2023, que tramita na **Comissão de Constituição,  
Justiça e Redação.**

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2023

  
**RAIMUNDO ALVES GUIMARÃES**

Coordenador de Assitência às Comissões

Quem recebeu..... Almeida .....

Data Recebimento..... 12 / 09 / 2023 .....

**REFERÊNCIA:** Projeto de Lei nº 343/2023

**AUTOR:** Deputado **LUCIANO OLIVEIRA**

**ASSUNTO:** Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Agricultores Familiares do Muiraquitã.

**RELATOR:** Deputado **ALDAIR COSTA GIPÃO**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER**

Vem a esta Comissão para exame e parecer o Projeto de Lei nº 343/2023, de autoria do Deputado LUCIANO OLIVEIRA, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Agricultores Familiares do Muiraquitã”.

Afirma o Autor que a Associação dos Agricultores Familiares do Muiraquitã, também denominada AAGFAM, é uma entidade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter organizacional, representacional, defesa, e atua com o objetivo principal em representar perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais da categoria profissional que representa os interesses coletivos e individuais de seus integrantes, relativos à atividade exercida.

Compete a esta Comissão se pronunciar sobre a admissibilidade e mérito da proposição, considerando seus aspectos constitucional, legal, regimental, redacional, de técnica legislativa e registros públicos, de acordo com as determinações do art. 46, inciso I, alínea “a”, combinado com o inciso I, do artigo 73, do Regimento Interno.



Ao examinar o pedido do nobre Deputado que ora tramita nesta Comissão, percebe-se que no corpo da peça processual, **precisar ser feita algumas modificações, no art. 48 do Estatuto, pois deve constar que é vedado a remuneração da Diretoria, falta constar na ata de eleição do Conselho Diretor, os 5 membros da Conselho Diretor com seus três conselheiros diretores titulares e seus dois suplentes, conforme art. 29 do Estatuto e falta as certidões negativas do Conselho Diretor**, necessária e comprobatória para que o referido Instituto seja considerado de Utilidade Pública Estadual, conforme o que preceitua a Lei nº 287, de 23 de setembro de 1991, que baixa normas disciplinando matérias desta natureza.

Em face disto, baixo em diligências, para que autor do Projeto de Lei nº 343/2023 apresente os documentos necessários para que a referida associação seja declarado de Utilidade Pública Estadual.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2023.



Deputado ALDAIR COSTA GIPÃO

Relator



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO



## DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a) ALDAIR COSTA GIPÃO, referente ao(a) PL n.º 343/2023.

OBS:.....

Encaminhe-se(a) (ao) DILIGENCIA.....

Sala das Comissões, 12 de Setembro de 2023

Deputado **NILTON FRANCO**  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

### MEMBROS EFETIVOS

Dep. ALDAIR COSTA GIPÃO(✓)
Dep. CLAUDIA LELIS( )
Dep. JORGE FREDERICO(✓)
Dep. NILTON FRANCO(✓)
Dep. PROF. JÚNIOR GEO(✓)

### MEMBROS SUPLENTE

Dep. MOISEMAR MARINHO( )
Dep. VANDA MONTEIRO( )
Dep. VALDEMAR JÚNIOR( )
Dep. CLEITON CARDOSO( )
Dep. GUTIERRES TORQUATO( )